

# Mulher e cidadania na América Latina<sup>1</sup>

EVA ALTERMAN BLAY<sup>2</sup>

## Introdução

Este artigo traça um panorama da condição feminina no Brasil. Inicialmente, apresenta informações socioeconômicas e políticas do país, além de abordar as políticas públicas de gênero – também ligadas a uma política de redução da pobreza, principalmente com a criação do Bolsa Família. Essas políticas provocaram mudanças sensíveis em favor das mulheres nas últimas décadas, mas, ao mesmo tempo, elas tiveram de enfrentar uma onda conservadora antigênero.

O artigo trata ainda do incentivo à educação das mulheres e sua inserção em carreiras científicas e tecnológicas desde o ensino médio. Para finalizar, mostra também sua recepção no ambiente universitário brasileiro, em que sofrem constantemente algum tipo de abuso ou violência.

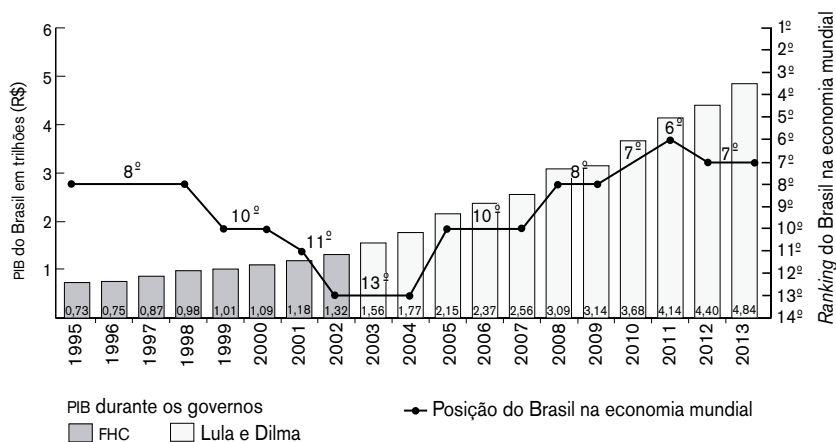
1. Parte deste artigo foi apresentada no V International Symposium Amonet Gender Dimension in Science and Society, Lisboa, 14-15 dez. 2017. O evento foi organizado pela Amonet – Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas.
2. Professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Criou o primeiro curso de graduação e pós-graduação sobre a mulher na USP e fundou o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE). Foi a primeira presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de Paulo (1983-1985) e senadora da República (1992-1995). Atualmente é coordenadora do Escritório USP Mulheres, que integra o programa HeForShe da Organização das Nações Unidas (ONU), e consultora do grupo Mulheres, Cultura, Ciência, Letras e Artes (MCCLA), da Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (CIDH), entre outras associações científicas.

## Onde estamos e quem somos?

Segundo dados de 2014<sup>3</sup>, do ponto de vista econômico o Brasil ocupava, em 2013, a sétima posição em uma escala internacional, como mostra o gráfico 1. Essa medida é relativa, pois comparativamente o país faz parte do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics). Situa-se na América do Sul, se considerarmos de uma perspectiva geoeconômica.

Essa divisão geopolítica poderia ser lida diversamente: provimos de países colonizadores e de países colonizados. Ou ainda, de países centrais na globalização e periféricos; ou países que se “supõem” avançados *versus* países atrasados. Tais classificações, como sabemos, são ideológicas, adotam critérios que pressupõem serem as relações econômicas indicativas de valores/avanços culturais, que há países mais ou menos cultos; divisão que atribui um escalonamento valorativo à diversidade cultural.

GRÁFICO 1: Análise comparativa entre o produto interno bruto (PIB) do Brasil e a posição da economia brasileira no mundo (1995-2013)



Fonte: Cássio Pedro Gonçalves, O Brasil em Gráficos, 11 abr. 2014, disponível em: <https://tinyurl.com/y7qravuu>, acesso em: 11 fev. 2019.

3. Cássio Pedro Gonçalves, O Brasil em Gráficos, 11 abr. 2014, disponível em: <https://tinyurl.com/y7qravuu>, acesso em: 11 fev. 2019.

Coloquemos a questão do ponto de vista de gênero. O que podemos falar sobre gênero no Brasil e na América Latina em geral? Desde os anos 1800 tem havido uma vasta produção relacionada à mulher no Brasil e na América Latina. Nesses dois séculos, mulheres jornalistas, romancistas, filósofas e algumas médicas e biólogas abordaram as limitações a que as mulheres estavam submetidas. Reivindicavam o direito ao voto, denunciavam a subordinação ao patriarca – marido, pai, irmão –, a exclusão educacional, a violência dos maridos, a imposição dos casamentos arranjados, temas tratados pelas escritoras de outrora, como as chamava Maria Thereza Caiuby Crescenti<sup>4</sup>. Pouco visível nessa literatura, mas fortemente presente na realidade é a persistência da escravidão, só abolida em 1888.

Toda a literatura relativa à questão da mulher ficou oculta até que o movimento feminista, na segunda metade do século xx, começasse a desvendá-la. Autoras como Constância Lima Duarte, Susan K. Besse, Miriam Moreira Leite e Maria Thereza Caiuby Crescenti, primeiras estudiosas que escavaram esse tesouro, somaram-se a Zahidé Lupinacci Muzart, criadora de uma editora dedicada exclusivamente à publicação de obras escritas por mulheres. Ao desvendar essa produção literária, descobrimos que desde o começo do século xix algumas mulheres exerciam atividades extradomiliares, viajavam para o exterior, liam a produção externa e colaboravam com os jornais nacionais. Desde muito cedo tinham contato com sufragistas norte-americanas cujos congressos frequentavam e que vinham para o Brasil colaborar com as militantes locais. Viajavam e escreviam.

Essas profeministas do Brasil, da Argentina, do Chile e de outras paragens das Américas são nossas antepassadas e fazem parte da história que se desenrolou a partir da segunda metade do século xx até os dias de hoje.

Baixa taxa de fecundidade

A população da América Latina e do Caribe somava em 2018 cerca de 625 milhões de habitantes. Com algumas exceções – como a Guatemala, com

4. Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, *Mulheres de Ontem: Rio de Janeiro, Século XIX*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1988 (Coroa Vermelha/Estudos Brasileiros, 9).

3,28 nascimentos por mil habitantes; a Bolívia, com 2,92 nascimentos por mulher; e o Panamá, com 2,42 —, a fecundidade mal repõe a população no Brasil, no Chile, em Cuba e em outros países, quando o índice é inferior a 2. No Brasil, a taxa de fecundidade das brasileiras é de 1,74 filho vivo por mulher; na região Norte, é 2,16; no Sul, 1,60. O crescimento foi menos intenso do que se esperava e em 2020 talvez se chegue a 780 milhões de habitantes na região. Trata-se, pois, de uma região urbanizada e de baixa densidade populacional<sup>5</sup>.

Baixa fertilidade, queda da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida

Em 1990, as previsões indicavam que, em 2015, a taxa de óbito seria de 29 para cada mil nascidos menores de 1 ano; no entanto, o ano de 2015 registrou média de dezenove mortes em cada mil nascidos vivos na região, com variações que vão de 5,4 em Cuba a 41,3 no Haiti. Ao lado da redução da taxa de fertilidade houve, na América Latina e no Brasil, elevação da expectativa de vida — 74,8 anos em média — e queda na mortalidade infantil nas últimas décadas<sup>6</sup>.

Elevada imigração inter-regional

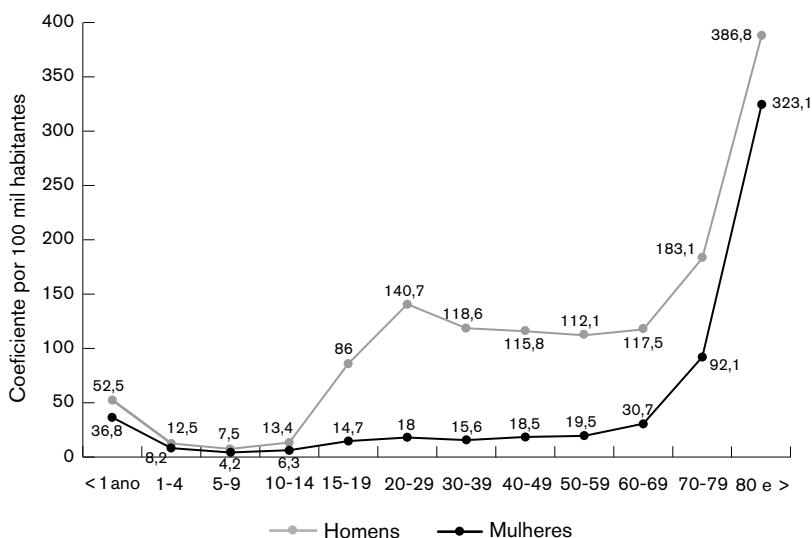
Em busca de soluções econômicas e por problemas políticos, o movimento migratório é intenso na região, com variações conforme o país que ofereça melhores atrativos ou outros fatores. Nas décadas de 1970 e 1980, o movimento foi provocado pelas ditaduras na Argentina, no Brasil e no Chile principalmente. No momento atual, do ponto de vista econômico, o Brasil é um polo atrativo e concomitantemente expulsor.

5. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), *Observatorio Demográfico 2018*, Santiago (Chile), 2019 (LC/PUB.2018/25-P), disponível em: <https://tinyurl.com/y8zmyykr>, acesso em: 11 fev. 2019.
6. José Eustáquio Diniz Alves *et al.*, “Meio Século de Feminismo e o Empoderamento das Mulheres no Contexto das Transformações Sociodemográficas do Brasil”, em Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar (orgs.), *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile — A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos*, São Paulo, Edusp, 2017.

População: mais mulheres que homens

No Brasil há 6 milhões de mulheres a mais do que homens. A expectativa de vida feminina é sete anos superior à masculina (71 anos para eles e 78 para elas). Mais do que a longevidade, a alta mortalidade masculina decorre do assassinato de homens jovens, sobretudo negros na faixa dos 15 aos 29 anos, conforme se vê no gráfico 2. A mortalidade é avaliada pela soma de todas as “causas externas”, o que inclui vários tipos de violência, como a violência policial, a disputa entre gangues etc. No gráfico 2 podemos observar as variações entre a mortalidade dos homens e das mulheres:

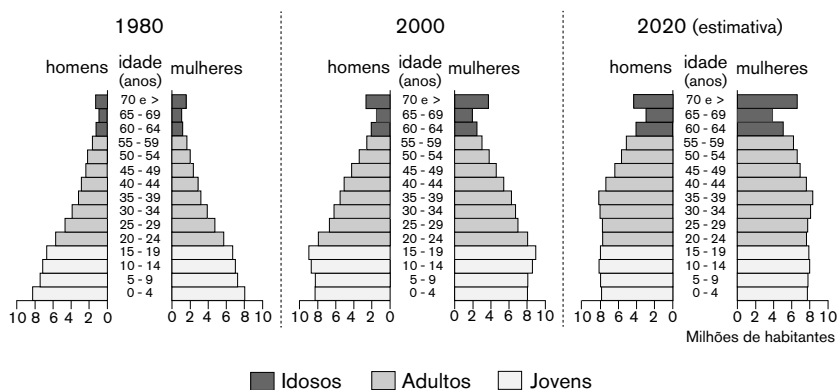
GRÁFICO 2: *Coefficiente por 100 mil habitantes de mortalidade por causas externas segundo sexo e faixa etária no estado de São Paulo (2009)*



Fonte: Arnaldo Sala e José Dinio Vaz Mendes, “Perfil da Mortalidade Masculina no Estado de São Paulo”, *Bepa: Boletim Epidemiológico Paulista*, vol. 7, n. 82, pp. 15-25, out. 2010 (cf. p. 24), disponível em: <https://tinyurl.com/ybboyb34>, acesso em: 11 fev. 2019.

A população brasileira, antes considerada jovem, apresenta um claro envelhecimento nos últimos quarenta anos, como mostra o gráfico 3. Isso se reflete na composição das estruturas familiares: casais com poucos filhos e elevada proporção de famílias chefiadas por mulheres, cerca de um terço composta de mãe e filhos. São muitos os fatores que explicam tal estrutura, que não será explorada neste trabalho, que apenas aponta a migração em busca de trabalho, seja do homem, seja da mulher, bem como a violência doméstica, as mães solteiras, entre outros fatores que levam à ausência masculina no grupo familiar.

GRÁFICO 3: *Evolução etária no Brasil (1980; 2000; 2020)*



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Estatísticas do Século xx, Rio de Janeiro, [20--], disponível em: <https://tinyurl.com/y8ay8p58>, acesso em: 17 dez. 2018.

## Políticas públicas de gênero

A condição econômica do Brasil, da Argentina, do Chile e dos demais países da América Latina ao longo dos dois últimos séculos tem tido alto crescimento e enormes quedas. Internamente, a população reproduz a situação geral, fortemente agravada por constante desigualdade.

A partir de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram implantadas políticas públicas de transferência de renda, propondo-se a reduzir a pobreza. Em nível nacional, criou-se o programa Bolsa Família, que dá à mulher um auxílio monetário, desde que seus filhos estejam na escola e sejam vacinados. Escolheu-se como recepcionista dessa verba a mulher, pois a experiência mostrava que, se fosse dada ao homem, a família seria esquecida, enquanto a mulher a aplicaria em alimentação, saúde etc. Trata-se de um programa que se caracteriza por ser uma política pública de gênero.

Afirmava-se que a transferência de renda teria retirado da pobreza 13 milhões de pessoas<sup>7</sup>. O tema é polêmico e a interpretação dos resultados tem sido político-partidária. Há os que afirmam que essa política não era sustentável e teria havido um retorno à pobreza. Interpretações partidárias à parte, é indiscutível que a implementação do programa Bolsa Família elevou o nível educacional e a saúde da população de baixa renda<sup>8</sup>.

O processo de implantação das políticas de transferência de renda se articulou a um conjunto de ações, em nível ministerial, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres com *status* de ministério. Criaram-se conselhos estaduais e municipais da mulher. Ampliaram-se os programas de saúde feminina, as políticas e ações de prevenção à gravidez em casos de estupro e alguns hospitais públicos ratificaram as interrupções da gravidez em casos de estupro, risco de morte da gestante ou anencefalia do feto. Lentamente, difundiu-se o planejamento familiar. O campo que mais obteve atenção foi o de políticas para erradicar a violência contra a mulher.

Nada acontece de repente: há sempre um processo prévio

Na raiz da implantação das políticas de gênero estão múltiplas ações anteriores dos movimentos de mulheres. Ao longo dos últimos cinquenta anos, desde a ditadura militar (1964-1985) até a consolidação democráti-

7. Cássio Pedro Gonçalves, *op. cit.*, 11 abr. 2014.

8. *Idem, ibidem.*

ca após 1985, as mulheres se mobilizaram visando soluções para melhorar a manutenção de suas famílias, a segurança, a saúde e a recuperação dos direitos civis e democráticos. Durante a ditadura militar, com a supressão dos partidos políticos (restaram apenas dois), a intervenção nos sindicatos, a censura à imprensa, a prisão de militantes políticos, os movimentos de mulheres criaram espaços de intervenção. Para garantir a vida cotidiana de suas famílias, elas foram às ruas conclamando contra o elevado “custo de vida”. Buscaram na porta das prisões os filhos e companheiros detidos ou desaparecidos. Ocuparam os fundos das igrejas para discutir os direitos das mulheres em relação ao planejamento familiar, ao aborto, à democracia, entre outros. O embrião da cidadania germinou em várias camadas da sociedade, fortalecendo uma agência feminista. Esse rápido retrospecto dos movimentos de mulheres deixa de apontar os tensos momentos, a perseguição policial, a tortura, o encarceramento, as prisões arbitrárias e o desaparecimento de homens e mulheres.

A pressão social foi crescendo, até que a partir de 1975 foi se organizando o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) aos presos e deportados políticos, homens e mulheres. Essa iniciativa teve líderes como Therezinha Zerbini e Margarida Genevois (representante da vertente católica, parcela da Igreja católica que apoiava a Anistia). Finalmente, o movimento tornou-se nacional e se formalizou o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), aprovado em 1979. Os deportados começaram a voltar. Foi o passo fundamental para a redemocratização do país.

### Conquistando a igualdade civil na lei

Nos anos 1980, os movimentos sociais de mulheres se ampliaram e concomitantemente foi sendo recobrada a liberdade política no Brasil. Em 1982, recuperamos o voto para eleição dos governadores das capitais e, ao assumir em 1983, o governo de São Paulo, maior estado da federação, cumpriu com o programa proposto pelas mulheres, criando o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF). Consistiu na implantação, na estrutura do estado, de um organismo proposto pelo movimento de mulheres para desenvolver políticas de gênero. Foi como disparar um



novo instrumento articulado às demandas feministas: planejamento familiar na saúde pública, delegacias da mulher na Secretaria de Segurança, participação das mulheres nas secretarias de Estado.

Concomitantemente, reorganizaram-se os partidos políticos e os sindicatos, e neles passaram a ser incluídas cotas para as mulheres. Os movimentos de mulheres organizadas tiveram papel preponderante na construção desse instrumento. Em 1987, há trinta anos, portanto, enviaram ao Congresso Constituinte um programa que sintetizava a proposta das mulheres: a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Nela, foram incluídas as demandas feministas de igualdade entre os gêneros, autonomia da mulher no casamento, no trabalho e na educação e até o direito ao aborto. Com exceção do último tópico, praticamente todos os outros foram incluídos na Constituição aprovada em 1988.

Assim, teoricamente se garantia a igualdade civil entre homens e mulheres. O histórico e patriarcal “pátrio poder” foi sendo substituído pela igualdade entre os gêneros – pelo menos na área jurídica. Embora a presença das mulheres no Parlamento brasileiro seja reduzidíssima (em torno de 10%), como afirma Avelar<sup>9</sup>, foi intensa a participação política extraparlamentar das mulheres. Apesar do déficit parlamentar, na educação, ao contrário, observamos uma diferença a favor da presença feminina.

#### Mais mulheres que homens na educação

As mulheres avançaram mais do que os homens, sobretudo nos ensinos médio e superior. Os jovens do sexo masculino tendem a abandonar a escola<sup>10</sup>. Dados de 2012 mostram que, do total de alunos que concluem o ensino médio, 58% são do sexo feminino.

Elevou-se a população estudantil no ensino superior, com diferenças na condição de gênero: nas ciências sociais, nos negócios e em direito, 23% são mulheres e 17% homens; na engenharia, na produção e na constru-

9. Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar (orgs.), *op. cit.*, 2017.

10. Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi (orgs.), *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais*, São Paulo, Boitempo, 2016.

ção, a relação é de 5% de mulheres para 13% de homens. Nas ciências, na matemática e na computação, a relação é de 2,5% de mulheres e 5,3% de homens. Redutos masculinos permanecem nas ciências exatas, mas as mulheres aos poucos vão entrando em áreas antes excludentes para elas. Como concluem Carolina Brito, Daniela Pavani e Paulo Lima Jr.<sup>11</sup>, esses dados “sugerem que as mulheres passaram de uma acentuada exclusão para uma inclusão progressiva caracterizada pela segregação, com interdição ou desestímulo ao acesso feminino a certas áreas do conhecimento e profissões que se mantiveram como redutos masculinos”<sup>12</sup>.

Quem se opõe ao gênero?

Este rápido diagnóstico revela um país extremamente desigual de todos os pontos de vista. São vários e profundos os problemas no século XXI, especialmente de gênero.

Com inspiração na pergunta fundamental de Londa Schiebinger “O feminismo mudou a ciência?”<sup>13</sup>, título de seu seminal livro, é possível explorar esse complexo campo de outra perspectiva. Schiebinger mostra os efeitos da carência de inclusão da dimensão do gênero na história, nos diagnósticos médicos, nas pesquisas biológicas e em outros tipos de pesquisa, quando sempre prevalece o uso de uma variável masculina e se ignora a feminina. Mostra como, ao introduzir a variável “mulher” – ou “gênero”, dependendo do caso –, os resultados são muito diferentes e promissores.

Procurando limitar este artigo à análise de alguns aspectos, reformulo as seguintes questões:

11. Carolina Brito, Daniela Pavani e Paulo Lima Jr., “Meninas na Ciência: Atraindo Jovens Mulheres para Carreiras de Ciência e Tecnologia”, *Gênero*, vol. 16, n. 1, pp. 33-50, 2015, disponível em: <https://tinyurl.com/y8cfj67u>, acesso em: 11 fev. 2019.

12. *Idem*, p. 34.

13. Maria Teresa Citeli, “O Feminismo Mudou a Ciência?”, *Cadernos Pagu*, n. 17-18, pp. 373-377, 2001-2002, disponível em: <https://tinyurl.com/yd9cntay>, acesso em: 11 fev. 2019; Londa Schiebinger, *Has Feminism Changed Science?*, Cambridge (Estados Unidos), Harvard University Press, 2001.

- Quais são as razões apresentadas para negar o uso de gênero no país?
- O que gênero tem a ver com a violência contra a mulher?
- Quais são os perigos apontados quando se usa gênero na educação ou no planejamento familiar?
- Quem se opõe ao uso do gênero? Por quê?
- Por que se quer impedir o uso de gênero no Brasil?

Desde os anos 1980 o conceito de gênero foi incluído na academia, nas ciências sociais, reproduzindo a teoria desenvolvida por vários autores, especialmente por Joan Scott<sup>14</sup>. O conceito, seu significado e uso expandiram-se da academia para várias instituições. Se nas universidades não houve problema em criar núcleos de estudo sobre gênero, nas áreas jurídica e policial e no ensino seu uso causou e continua causando conflito na prática e negação quanto ao uso.

#### Gênero e violência: homicídios

De acordo com Julio Jacobo Waiselfisz, em um *ranking* de índices de homicídios femininos, que reúne 84 países, o Brasil ocupa a sétima posição, com uma taxa de 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres<sup>15</sup>. Entre 1980 e 2010, os números aumentaram, totalizando 43 654 mortes apenas na última década, como mostra a tabela 1.

14. Joan Scott, “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”, e-Disciplinas: Sistema de Apoio às Disciplinas, [20--], disponível em: <https://tinyurl.com/juyrllw>, acesso em: 11 fev. 2019. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila de: “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”, em *Gender and the Politics of History*, Nova York, Columbia University Press, 1989.
15. Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da Violência 2012: Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos (Cebela)/Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), ago. 2012, p. 16, disponível em: <https://tinyurl.com/yc3sycz>, acesso em: 11 fev. 2019.

TABELA 1: *Número e taxas (em 100 mil mulheres) de homicídios no Brasil (1980/2010)*

Ano	Número	Taxa
1980	1 353	2,3
1990	2 585	3,5
2000	3 743	4,3
2010	4 465	4,6
1980/2010	92 100	—
2000/2010	43 654	—

Fonte: Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da Violência 2012: Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (Cebela)/Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), ago. 2012, p. 8, disponível em: <https://tinyurl.com/yc3syczr>, acesso em: 11 fev. 2019.

Criadas em 1985 basicamente para atender aos casos de violência contra a mulher, nas Delegacias de Defesa da Mulher até hoje seus operadores – delegadas(os), plantonistas, escrivães – têm grande resistência em atender mulheres vítimas de violência doméstica ou de estupro. Prevalece uma interpretação paternalista que procura atenuar a queixa de violência recomendando que a mulher volte para a família. E por vezes se negam a registrar o respectivo boletim de ocorrência.

Concomitantemente, uma contra-ação ocorre na sociedade: os movimentos feministas que buscam não apenas modificar os comportamentos “tradicionais” das instituições como também ampliar a legislação que garante a punição para os agressores. Assim, posteriormente à criação das Delegacias de Defesa da Mulher, diante da impunidade dos agressores foram criadas a Lei Maria da Penha e, depois, a Lei do Femicídio<sup>16</sup>.

A Lei Maria da Penha foi assim nomeada por causa do crime sofrido pela química Maria da Penha, cujo marido tentou assassiná-la, deixando-a paraplégica. O criminoso só foi condenado quando feministas recorreram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o Estado brasileiro foi obrigado a punir

16. Brasil, lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), disponível em: <https://tinyurl.com/2deda6>, acesso em: 11 fev. 2019; Brasil, lei n. 13104, de 9 de março de 2015, disponível em: <https://tinyurl.com/y8hw2x9t>, acesso em: 11 fev. 2019.

o agressor. No Judiciário não é raro que juízes interpretem a Lei Maria da Penha como inconstitucional.

Ambas as leis – a Maria da Penha e a do Feminicídio – aparentemente não têm tido efeito sobre a violência contra as mulheres. O assassinato de mulheres é um dos mais altos do mundo. Entre 1980 e 2013 foram assassinadas 106 093 mulheres; somente em 2013 foram assassinadas 4 762, ou seja, uma taxa de 4,8% para 100 mil mulheres. Conforme calcula Lourdes Bandeira<sup>17</sup>, 84,83% dos assassinatos de mulheres ocorreram em apenas uma década. Em resumo, aponta ela: entre 2003 e 2013 foram assassinadas 90 mil mulheres!

O que pode a lei diante de valores profundamente arraigados de que a mulher é propriedade do homem? Eva Alterman Blay<sup>18</sup> mostra que maridos matam quando a mulher quer se separar. Ex-maridos, noivos, ex-noivos, namorados e ex-namorados, todos agem movidos pelo sentimento de propriedade: “É minha e não será de mais ninguém!” Quando não matam, procuram destruir a mulher – e a mesma pesquisa mostrou que preferencialmente procuram destruir o rosto da mulher.

A violência de gênero – aquela praticada contra a mulher que tenta assumir sua identidade, sua autonomia e seus direitos – encontra pela frente a antiga visão da mulher como propriedade do homem, sem autonomia, sem direitos, mero apêndice do homem, cuja função principal é a maternidade.

### Gênero e violência: educação

A educação no Brasil segue regras definidas pelo Estado e as escolas têm de seguir determinados parâmetros educacionais: as públicas os seguem de perto; as particulares têm certa liberdade desde que os cumpram. Assim como apontado em relação ao sistema judiciário, também

17. Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, “Entrevista Especial com Lourdes Maria Bandeira: Feminismo, Relações de Gênero, Étnico-raciais e Geracionais e Políticas Públicas para as Mulheres”, *Revista de Políticas Públicas*, vol. 14, n. 1, pp. 147-151, jan.-jun. 2010, disponível em: <https://tinyurl.com/ybpgyg3>, acesso em: 11 fev. 2019.

18. Eva Alterman Blay, *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*, São Paulo, Editora 34, 2008.

parte dos deputados ligados à Comissão de Educação não aceita o conceito de gênero. Ao discutir nos programas curriculares a inclusão de gênero, eles o interpretam como uma “ideologia de gênero” voltada para a liberalização sexual entre os jovens e procuram desqualificá-lo, sem se dar o trabalho de analisar o conceito. Formaram uma bancada com representantes de algumas religiões especialmente evangélicas e associam à noção de gênero uma somatória de Karl Marx, Sigmund Freud e Michel Foucault. Não têm noção do que estão rejeitando e efetivamente apoiam as afirmações do cardeal Orani João Tempesta, da Ordem Cisterciense, arcebispo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Já não passou da hora de nos voltarmos mais à misericórdia de Deus e confessarmos confiantes: Senhor, só Tu tens palavras de vida eterna! (cf. Jo 6,68)? Sim, pois só Ele é a verdadeira e definitiva libertação de toda opressão que o ser humano possa sofrer. E ao acolhermos a “palavra de Deus” iremos ver que encontraremos o verdadeiro “ser humano” criado à imagem e semelhança d’Ele. E veremos que mesmo os estudiosos e cientistas sérios chegarão à mesma verdade através de suas reflexões e raciocínios. Cabe a nós, cidadãos de hoje, levarmos avante os verdadeiros valores desta pátria que amamos e aonde [*sic*] habitamos como cidadãos que têm direitos e deveres e que se responsabilizam pelo futuro<sup>19</sup>.

A seguir, texto de um seguidor da Igreja publicado na página de dom Orioni.

Querem implantar a ditadura de gênero... acabar [com] os futuros Santos e santas... escancarando as portas do inferno no mundo do prazer a todo custo... querem o direito de ir direto pro inferno, mas querem levar os outros... vão sozinhos [e] deixem as famílias em paz...

19. Orani João Tempesta (cardeal), “Nova Ameaça da Ideologia de Gênero”, Facebook, 6 jun. 2015, disponível em: <https://tinyurl.com/y9np8max>, acesso em: 11 fev. 2019.

ATENÇÃO, CATÓLICOS! O Cardeal Orani João Tempesta adverte: “Os brasileiros que mais estão sob o risco da sentença injusta da morte são os filhos da pátria não nascidos, perseguidos desde a sua concepção”.<sup>20</sup>

O alcance do temor ao gênero – forma “diabólica” – atingiu, por exemplo, alguns municípios que o proibiram por lei. Alguns municípios promulgaram uma lei que proíbe informações sobre gênero e orientação sexual, e até o uso desses termos. Foi necessário recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender uma lei municipal que o proibia nas escolas.

Embora os problemas citados sejam questões de ordem privada, a solução deles passa por decisões políticas em dois níveis: políticas que interferem na vida privada da mulher (decisão de ter ou não filhos, por exemplo) e políticas públicas (como as decisões que impõem regulamentos nos hospitais negando aborto ou proibindo educação sexual nas escolas).

Considerando-se que na contemporaneidade vivemos em uma sociedade do conhecimento, cabe indagar: quais são as consequências da inclusão (exclusão) da questão de gênero na política que norteia a sociedade do conhecimento<sup>21</sup>? Segundo Abdul Waheed Khan, então subdiretor-geral da Unesco para Comunicação e Informação:

A Sociedade da Informação é a pedra angular das sociedades do conhecimento. O conceito de “sociedade da informação”, a meu ver, está relacionado à ideia da “inovação tecnológica”, enquanto o conceito de “sociedades do conhecimento” inclui uma dimensão de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, assim como uma perspectiva mais pluralista e de desenvolvimento.

20. Augusto Bezerra (padre), “Atenção, Católicos!”, Facebook, 6 abr. 2017, disponível em: <https://tinyurl.com/y4d4h3ox>, acesso em: 11 fev. 2019.

21. A noção de “sociedade do conhecimento” (*knowledge society*) surgiu no final da década de 1990. É empregada, particularmente, nos meios acadêmicos como alternativa que alguns preferem à “sociedade da informação”. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em particular, adotou o termo “sociedade do conhecimento” ou sua variante “sociedades do saber” em suas políticas institucionais. Desenvolveu uma reflexão em torno do assunto que busca incorporar uma concepção mais integral, não ligada apenas à dimensão econômica. Um detalhe nesse debate, que apenas diz respeito aos idiomas latinos, é a distinção.

O conceito de “sociedades do conhecimento” é preferível ao da “sociedade da informação”, já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo. [...] o conhecimento em questão não só é importante para o crescimento econômico mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade.

Por que se observa na sociedade brasileira uma enorme resistência ao uso do conceito de gênero? Por que se tenta proibir sua inclusão no ensino, nos programas curriculares das escolas públicas, na mídia, na arte? Por que essa resistência é tão intensa que seus ataques, por vezes físicos, buscam uma proibição legal? Por que alguns municípios promulgaram uma lei que proíbe informações sobre gênero e orientação sexual, até o uso de tais termos? Por que foi necessário recorrer ao STF para suspender uma lei municipal que o proibia nas escolas?

Avanços *versus* conservadorismos

“Ideologia de gênero” *versus* ideologia conservadora, patriarcal, hierarquizadora e escravista

Por trás da proibição da chamada “ideologia de gênero” está praticamente a oposição a todas as demandas dos movimentos de mulheres nos últimos cinquenta anos, pelo menos. Começemos com a trágica questão do aborto. A oposição ao abortamento é radical: a mulher não decide e deve se submeter a um juiz. Em 1940, foi promulgada uma lei em que duas circunstâncias o permitem: em casos de estupro e de risco de morte da mulher até o terceiro mês de gravidez<sup>22</sup>. Em 2012<sup>23</sup>, aprovou-se depois

22. Brasil, decreto-lei n. 2 848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), disponível em: <https://tinyurl.com/czo3jb>, acesso em: 11 fev. 2019. O artigo 128 do Código Penal determina que: “Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54) // Aborto necessário // I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; // Aborto no caso de gravidez resultante de estupro // II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.”
23. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 Distrito Federal (ADPF 54/DF), 2012, pp. 31-80, disponível em: <https://tinyurl.com/y9jx6tq8>, acesso em: 11 fev. 2019.



de longa disputa nos tribunais o direito de interromper a gestação se o feto for anencefálico.

Embora permitido, nenhum caso é realizado em todos os hospitais, apenas em alguns, e frequentemente é necessária uma autorização judicial para que se realize – mesmo assim alguns médicos podem alegar questões de consciência e não realizá-lo.

Dados da Câmara dos Deputados informam que:

O aborto é o quinto maior causador de mortes maternas no Brasil. Segundo um estudo publicado em 2013, uma a cada cinco mulheres com mais de 40 anos já fizeram, pelo menos, um aborto na vida. Hoje existem 37 milhões de mulheres nessa faixa etária, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, estima-se que 7,4 milhões de brasileiras já fizeram pelo menos um aborto<sup>24</sup>.

As resistências aos abortamentos provêm de alguns setores religiosos. No momento há dois projetos de lei: um deles é do pastor Sebastião Valadares Neto – que ao apresentar o projeto era senador pelo Partido Democrático Trabalhista de Rondônia (PDT-RO) –, que proíbe o aborto sob quaisquer circunstâncias e quaisquer justificativas. Segundo ele, deve prevalecer o direito do nascituro, do feto, do embrião; a mulher é mero invólucro desse eventual futuro ser.

As pesquisas mostram a contradição em que vivem as mulheres: praticam o abortamento mulheres de todas as religiões. É claro que aquelas com mais recursos o fazem sem problemas, em hospitais, com segurança; as demais correm forte risco de morte, pois usam métodos primitivos e inseguros.

A disputa entre igrejas e conservadores é intensa. Na América Latina, exceto em Cuba, onde o aborto é permitido desde 1965, ele foi aprovado no Uruguai, em 2012, e parcialmente na Argentina, em 2008, e no Chile, em 2017. Enquanto isso, mulheres de todas as idades continuam morrendo.

24. *Expressão Nacional*, Brasília, tv Câmara, 25 nov. 2014.

Algumas políticas foram adotadas para incrementar o avanço de futuras cientistas por meio de bolsas de estudo oferecidas a alunas de escolas públicas nas áreas de ciência e tecnologia (astronomia, física e robótica). São programas que, além de incentivar o ingresso de mulheres em carreiras nesses campos, também visam sensibilizar as pessoas, especialmente as parcelas mais empobrecidas, para o papel da mulher na sociedade, desestruturando preconceitos de gênero.

É o caso do projeto Meninas na Ciência<sup>25</sup>, sobre o qual tratam Brito, Pavani e Lima Jr., que, ao contextualizarem a inserção feminina no domínio da ciência e da tecnologia, chamam a atenção para a área da física, em que 30% dos ingressantes na graduação são mulheres, porcentagem reduzida para 20% em cursos de mestrado ou doutorado e para apenas 15% no magistério em física<sup>26</sup>.

A experiência com o projeto Meninas na Ciência destacou a importância de discutir a questão de gênero, preparar as próprias professoras sobre as matérias que seriam objeto de incremento e manter um trabalho contínuo. Observou-se também que a robótica constitui o tema de maior interesse de todos e todas.

Em sua análise, Brito, Pavani e Lima Jr. afirmam que: “Ampliar o debate sobre a participação de mulheres na ciência significa também pensar numa ciência diferente, inspirada e renovada por experiências de vida historicamente excluídas da produção científica e tecnológica”<sup>27</sup>.

25. O projeto Meninas na Ciência foi contemplado pela chamada n. 18/2013: MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras – Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação.

26. Carolina Brito, Daniela Pavani e Paulo Lima Jr., *op. cit.*, 2015, p. 38.

27. *Idem*, p. 39.

Mesmo as mulheres tendo ampliado suas áreas de atuação, ainda assim permanecem as diferenças salariais em cerca de 30% – mulheres ganham menos que os homens – e a ascensão na hierarquia de trabalho é mais restrita para as mulheres<sup>28</sup>.

## **Violência de gênero nas universidades**

Violência na sociedade, durante o curso universitário e no trabalho pós-universidade

Esses três tópicos indicam que a sociedade é desfavorável à educação universitária para a mulher, com exceções para os cursos de cuidado, ensino etc. As mulheres enfrentam todos os tipos de violência e desencorajamento quando iniciam cursos universitários, e assim se perdem talentos. Os obstáculos no trabalho, o teto de vidro, as perseguições, o assédio sexual, tudo isso reduz a presença de mulheres nas carreiras acadêmicas ou profissionais de nível universitário.

A violência de gênero nas universidades é tema que pouco tem sido associado à desistência das mulheres no campo científico. Sabe-se que há várias formas de violência, os boatos são constantes, mas qual é a magnitude deles e até que ponto eles interferem na vida acadêmica e profissional das mulheres? Embora o Brasil ocupe a quinta posição quanto à violência de gênero no mundo, será que ao chegar à universidade as estudantes encontram um ambiente amistoso?

Uma pesquisa do Instituto Avon e do Data Popular<sup>29</sup> ouviu um total de 1823 estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país: 1091

28. Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi (orgs.), *op. cit.*, 2016.

29. Instituto Avon e Data Popular, *Violência contra a Mulher no Ambiente Universitário*, São Paulo, 2015, disponível em: <https://tinyurl.com/y86ef5nq>, acesso em: 11 fev. 2019.

mulheres e 732 homens, sendo 53% da classe média e 36% da alta; 76% deles estudam em universidades e faculdades particulares<sup>30</sup>.

Entre as respostas destaca-se que 27% dos homens entrevistados acreditam que, se uma garota tiver bebido demais, abusar dela não é uma forma de violência; 14% dos homens e mulheres estudantes conhecem casos de mulheres estupradas. Entre os homens, 13% disseram já terem cometido pelo menos um tipo de violência sexual e 28% das mulheres já sofreram algum tipo de violência dessa natureza. Cerca de 56% das universitárias já sofreram assédio sexual, agressão física, estupro e coerção, além de terem sido obrigadas a ingerir bebidas alcoólicas ou drogas, ou drogadas sem consentimento<sup>31</sup>.

Outra forma de violência altamente desmotivadora para o prosseguimento do curso são: a desqualificação intelectual; as agressões morais e psicológicas; as várias formas de agressão pela internet, como postagens fotográficas; a classificação física associada a animais; e as reações violentas quando se recusam a aceitar qualquer uma das propostas. O racismo, especialmente com relação às mulheres negras, agride tanto nas aulas práticas como nas teóricas. Em síntese, 49% das universitárias já sofreram desqualificação intelectual.

Os homens trazem para dentro da universidade os mesmos valores machistas e desqualificadores encontrados na sociedade. Eles atribuem ao comportamento da mulher suas ações e as consideram simples brincadeira, não percebendo que são intimidadoras e ofensivas. Repassar as fotografias das colegas sem autorização delas não foi considerado violência para 31% dos homens, embora a legislação brasileira puna esse tipo de ação<sup>32</sup>.

A violência vem de colegas e professores:

Não são só os alunos. Um professor me trazia presentinhos toda aula e começou a mandar mensagem pelo celular. No dia da prova, ele sentou do meu lado e me

30. *Idem*, p. 3.

31. *Idem*, pp. 6 e 8-9.

32. *Idem*, p. 6.

deu a prova mais fácil, fez de tudo pra eu entender que aquilo era um favor. Tipo... Que ele ia cobrar.

Entre os entrevistados, 73% conhecem casos de assédio, 56% das mulheres sofreram assédio e 26% dos homens o cometeram<sup>33</sup>.

Entre as perguntas direcionadas apenas a mulheres, a pesquisa revela que 11% das universitárias disseram que já sofreram uma tentativa de abuso quando estavam sob efeito de álcool. Por medo de sofrer violência, 36% delas já deixaram de fazer alguma atividade na universidade. “Tentaram me agarrar, me beijar à força, como se fosse brincadeira. Todo mundo achou graça. Menos eu”, afirmou uma das entrevistadas<sup>34</sup>.

Uma em cada dez mulheres disse ainda que sofreu algum tipo de violência física – sem conotação sexual – e 4% dos homens admitiram ter cometido violência física contra uma mulher no ambiente universitário. “Os veteranos me pediram para beijar um deles, que se eu não beijassem iam tirar meu sutiã. Não quis e eles começaram a me bater. Minha amiga não quis beber, jogaram pinga nos olhos dela”, relatou uma estudante à pesquisa. A maioria das mulheres, ao sofrer algum tipo de violência, intimida-se: 63% delas afirmaram que não reagiram quando sofreram a violência<sup>35</sup>.

### Significado de violência

A pesquisa mostrou ainda que algumas atitudes consideradas violência são naturalizadas por homens e mulheres. Como se sabem mais desprotegidas, cerca de 63% das universitárias sofrem violência e não reagem. Segundo os dados, só 10% das universitárias relataram espontaneamente terem sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas. Mas, quando receberam uma lista com tipos de violência, 67% das mulheres reconheceram que foram submetidas a pelo menos um desses tipos<sup>36</sup>.

33. *Idem, ibidem.*

34. *Idem*, pp. 4 e 8-9.

35. *Idem*, pp. 10-11.

36. *Idem*, pp. 5 e 10.

Entre os homens, só 2% admitiram espontaneamente que já cometeram algum ato de violência contra uma mulher na universidade ou em festas acadêmicas. Considerando a lista de tipos de violência elaborada pela pesquisa, esse número subiu para 38%<sup>37</sup>.

A pesquisa relatada expõe o que por alguns anos se ocultou: a violência de gênero nas universidades. Com o feminismo e a organização de coletivos feministas, as estudantes se sentiram fortalecidas e começaram a reagir às várias formas de violência. De início adotaram formas de agressão direta, denunciando os estudantes na internet, escrevendo seus nomes nos banheiros e nas paredes. Isso provocou uma reação dos acusados, que, em revide, contrataram advogados para se defender acusando as colegas. A Justiça foi acionada e os casos estão em andamento.

Em 2012, ocorreu um caso de estupro na Faculdade de Medicina (FM) da Universidade de São Paulo (USP), em que um aluno estuprou uma colega em uma festa. Duas alternativas se colocaram para julgar esse procedimento: a universidade poderia afastar o estudante acusado; ou o caso deveria ser comunicado à polícia e haver um inquérito. A universidade foi inoperante e não afastou o estudante, que se formou e colou grau como médico. Na Justiça, ele teve bons advogados e foi absolvido. O caso reafirmou o consenso de que não adianta denunciar!

É extremamente difícil a comprovação de estupro. Em nome da preservação da universidade, do coleguismo, há várias pressões para evitar que a denúncia prossiga. Nesse contexto, a estudante tem de provar que ela é a vítima! E são inúmeros os argumentos contra ela – todos nossos conhecidos – que a “acusam” de provocadora pela roupa que usa, por sua vida privada, pela bebida que tomou etc. Não por acaso a pesquisa mostrou que 36% das estudantes se afastaram de atividades acadêmicas por medo.

Em síntese, desde os comentários sexuais, as cantadas, o fato de ser forçada a beijar, de ter o corpo tocado e ser humilhada, todos esses fatores fazem a universidade perder talentos que deveriam ser preservados e estimulados. Homens e mulheres concordaram, na maioria das vezes, que a violência contra a mulher deve ser um tema debatido nas aulas e que as

37. *Idem*, p. 5.

faculdades precisam “criar meios de punir os responsáveis por cometer violência contra mulheres na instituição”<sup>38</sup>.

## **Considerações finais**

Iniciamos o século XXI com mudanças socioeconômicas e políticas profundas. Crises e superações não são novidades abaixo da linha do equador. Em se tratando da oitava economia do mundo, no Brasil, 1% da população concentra 90% do produto interno bruto (PIB) do país. A classe média retém dois quintos e o que resta, três quintos, é de população pobre<sup>39</sup>.

Em 1983, com os novos governos democráticos iniciou-se no país a implantação de políticas públicas de gênero. Entre 2003-2011 e 2012-2014 introduziu-se uma política de redução da pobreza com a instauração do Bolsa Família. A mulher recebia certa importância e tinha como obrigação colocar os filhos na escola e no serviço de saúde. Nessas décadas, o país apresentou sensíveis mudanças: elevou-se a educação feminina, reduziu-se a mortalidade infantil, elevou-se a esperança de vida. Ampliaram-se as políticas de gênero instituídas desde 1983.

Desde então fortaleceu-se uma onda conservadora antigênero. Algumas denominações evangélicas e parte da vertente católica denunciam o que chamam “ideologia de gênero”. Consideram gênero uma forma de desregramento sexual, comunista, abortiva, antiplanejamento familiar, antipílulas que evitam a gravidez, antiaborto mesmo em casos de estupro.

Este artigo procurou discutir os entraves políticos no avanço da ciência e do conhecimento em geral, tomando como foco, na perspectiva brasileira, os avanços da ciência e das relações de gênero na sociedade do conhecimento e os empecilhos encontrados.

38. *Idem*, p. 11.

39. Cássio Pedro Gonçalves, *op. cit.*, 11 abr. 2014.